

Polícia

policia@correiodopovo.com.br
Editor: Paulo Roberto Tavares



Agentes da segurança morrem na BR 290

■ A agente penitenciária Ligia Padilha da Silva, de 34 anos, e a policial civil Meri Dutra Sampaio, de 41 anos, morreram em um acidente na madrugada de sábado no km 163 da BR 290, em Butiá. A amiga Cibele Teixeira Amaral, de 39 anos, ficou gravemente ferida. Elas estavam em um Ford Fiesta que colidiu frontalmente com um caminhão-baú e, ao rodopiar na pista, foi atingido por uma carreta. O carro ficou destruído. Uma das vítimas morreu no local e a outra durante atendimento médico no hospital.

ECA completa 25 anos com avanços

Segundo autoridades da área, ainda falta contrapartida do poder público à altura das necessidades de crianças e adolescentes

■ HERON VIDAL

Há um quarto de século o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tirou da cena jurídica brasileira o Código de Menores e trouxe uma legislação considerada avançada, embora falte ainda contrapartida do poder público (município, estado e União) à altura das necessidades das crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade, para uma boa proteção e, quando preciso, ressocialização. Nesta segunda-feira completam-se os 25 anos de vigência do ECA. Na sede da Fundação Pão dos Pobres, em Porto Alegre, a Comissão Especial da Criança e do Adolescente da seccional Rio Grande do Sul da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) manterá sua tradição de comemorar o aniversário do Estatuto. Às 14h haverá ato e as crianças da Fundação farão apresentação musical.

Na última quarta-feira, o registro estatístico na página da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (Fase), na Internet, apresentou uma pequena amostra da realidade. A população das 13 unidades de internação da Fase no Estado era de 1.072 adolescentes, dos quais 453 estavam nas seis unidades de Porto Alegre. Em outras dez casas de semiliberdade estavam

mais 114 adolescentes. Ao todo o sistema abrigava 1.186 adolescentes para uma capacidade populacional de 944. O déficit, ou a superpopulação, exigia 242 novas vagas, naquele dia.

O desembargador Daltoé Cezar, da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RS), comemora os 25 anos do ECA. O Estatuto, diz, “mudou de forma positiva o atendimento e criou uma rede de políticas públicas à criança e ao adolescente, apesar das deficiências”. Na opinião do magistrado, duas mudanças são fundamentais. Uma delas é aumentar o tempo de permanência do adolescente envolvido em delitos graves nas casas de acolhimento. “Na Grande Porto Alegre há 2,5 mil condenados fora da cadeia. Usam tornozeleira eletrônica ou estão em prisão domiciliar devido o esgotamento do sistema prisional”, compara.

Para o desembargador, que ministra aulas na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados no Superior Tribunal de Justiça (STJ), é melhor o adolescente infrator estar numa unidade da Fase do que nas ruas. Uma fórmula para reter o jovem propõe sua internação por um tempo igual à metade do que cumpriria um adulto na prisão, pelo mesmo crime. A outra mudança é tornar a ado-

ção de crianças mais flexível. “O ECA criou vínculo biológico da criança com sua família, que muitas vezes é a razão do problema”, comenta. Porém, segundo o Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2014 só 4% dos pretendentes tinham disposição para adotar crianças até 6

anos de idade. Para os 7 anos o interesse caiu para 2,5%. “É urgente desengessar essa questão”, defende o desembargador.

Por ainda ser vanguarda na garantia dos direitos às crianças e aos adolescentes, o ECA é defendido por Júlio Almeida, diretor da Promotoria da Infância e Juventude de Porto Alegre.

Mas ele recomenda alterações no Estatuto. “São medidas de consenso entre a magistratura e já tramitam no Congresso”, acrescenta. Aumentar a permanência dos adolescentes nas unidades públicas de abrigo por delitos classificados como hediondos, em vez da redução da maioridade penal, é uma delas.

RICARDO GIUSTI



ECA tirou da cena jurídica brasileira o Código de Menores, mudando o modelo arcaico e propiciando avanços

‘Investir em educação’

Por que o ECA é avançado? É porque mudou o paradigma, a cultura arcaica do Código de Menores. O Código confundia carência com delinquência, recolhia crianças. O juiz era um intervencionista na vida da criança e do adolescente. Era, ao mesmo tempo, acusador, defensor e julgador. Hoje, o juiz precisa ser provocado para decidir. Crianças e adolescentes, depois do ECA, passaram a ser sujeitos de direitos iguais aos adultos, são protagonistas na busca da justiça e da reparação de direitos violados. As explicações e conceitos são do advogado Carlos Kremer, presidente da seccional da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da OAB/RS.

Contra a eficiência do ECA atua a falta de apoio e de recursos das políticas públicas. “Isto leva uma grande parcela da sociedade a pensar com a cabeça no Código”, afirma Kremer. No perfil dos adolescentes infratores, mapeado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacam-se o baixo grau de instru-

ção, famílias desestruturadas e um quadro econômico de pobreza. “Se o poder público investisse em educação, saúde e estruturação das famílias, ninguém defenderia o absurdo da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos”, entende Kremer.

Na Espanha, onde o problema do adolescente infrator foi grave, a situação foi resolvida com a criação do Ministério da Família, exemplifica Kremer. Hoje, em vez de superpopulação, há sobra de vagas nas casas de inter-

nação. A redução da maioridade penal, conforme o presidente da seccional da Comissão, “é como a proposta de emenda constitucional 171, que propõe a medida: é um estelionato”, diz numa alusão ao artigo de mesmo número do Código Penal. “Ironicamente, é também estelionato induzir a ver no adolescente a causa da violência”, comenta o advogado. “A redução só aumentará a população dos presídios. O ECA tem a saída, justa, da ressocialização”, conclui.

O ECA é um regramento de leis bom em todas as questões da infância e juventude.

Oscar Bessi Filho

oscar@oscarbessi.com.br



Santa Clara do Sul, a Missão Possível

Na semana em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos, recebi um belo presente. Tive a honra de ser o patrono da Feira do Livro de Santa Clara do Sul. E, de tudo o que levei de maravilhoso da Cidade das Flores do Vale do Taquari, jamais esquecerei a frase do prefeito Fabiano Immich: “Minha prioridade de investimento é no ser humano”. Não era discurso, foi no bate-papo contraído entre bancas de livros. E é prática: ele investiu, em 2014, 34% do orçamento em Educação. São 550 crianças em turno integral (até o terceiro ano fundamental, todos!), e o prefeito quer mais. Um belo exemplo são os projetos que incentivam a leitura e a produção textual junto às escolas e à comunidade, todos capitaneados pelo secretário de Educação, Gilmar Hermes, com sua sensibilidade tripla de professor, músico e escritor, e pelo diretor de Cultura, Leandro Braun.

O perfume das flores e a gentileza do povo percebi já ao entrar na cidade. Da simpatia do vice-prefeito, Inácio Herrmann, num encontro casual sem nos conhecermos, à patrula da prefeitura e a carreta que me cederam lugar na estrada sem que eu pedisse. Pequenos gestos que fazem grandes diferenças. Fora o carinho das moças do Sesc Venâncio Aires, as simpaticísimas Diane e Lisiane (nora do capitão Abel, meu colega de farda e leitor desta coluna), e o entusiasmo

dos estudantes com quem conversei. É bom dizer: o Sesc é um dos grandes promotores de cultura deste país, evitando que muita coisa boa deixe de acontecer ao levar, aonde for, humanidades urgentes, sempre que encontra parceiros nos poderes públicos.

E quando o ECA aniversaria ao lado de tristes discursos de intolerância, dá a nítida impressão de que é uma lei sonhadora, ainda não compreendida pela nossa sociedade. Daí, mal aplicada. Ou nem. Talvez careça de pequenos ajustes. Mas já deixa claro: criança e adolescente são frutos de exemplos. Das possibilidades que oferecemos e incentivamos. Assim, foi um presente ainda maior ver tanta gente na abertura da feira, numa noite de chuva forte e jogos da dupla, a sorrir em concordância com minha posição contrária à redução da maioridade penal. Santa Clara não está preocupada com seus jovens. O poder público lhes dá devida atenção e futuro. Leva o ECA a sério. Que educar é proteger, a única prevenção possível à violência. No amanhã, cidades do mesmo porte estarão desesperadas com o descontrole, a Cidade das Flores não. E quando a Orquestra Jovem do Sesi de Lajeado abriu seu espetáculo com a música daquele filme de Tom Cruise, eu sorri, satisfeito: é uma Missão Possível, sim, levar os livros ao povo e entender os sonhos do ECA. Santa Clara do Sul ensina como.